

# SEPARAÇÃO CONSENSUAL

## REVISÃO DE ALIMENTOS

PEDIDO PARA QUE O VALOR DOS ALIMENTOS TENHA POR BASE TODA A RENDA AUFERIDA PELO ALIMENTANTE

### EMENTA

EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE ..... AUTOS N.º ..... , brasileiro (a), menor, representado por sua mãe ..... , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ..... , portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ..... , residente e domiciliado (a) na Rua ..... , n.º ..... , Bairro ..... , Cidade ..... , Estado ..... , por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ..... , nº ..... , Bairro ..... , Cidade ..... , Estado ..... , onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente, nos autos de ação de alimentos, em que contende com ..... , à presença de Vossa Excelência pronunciar-se nos termos que segue. Em audiência de conciliação realizada no dia ..... de ..... de ..... , as partes entabularam acordo pelo qual o Requerido pagaria a título de pensão alimentícia a importância correspondente a 1/3 (um terço) de seus rendimentos líquidos, a ser descontada em sua folha de pagamento. Ocorre que o alimentante, que na época trabalhava na ..... , encontra-se aposentado, pela referida empresa. Nessa condição, recebe proventos da sua Fundação, assim como uma pensão do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Portanto, é a presente para requerer a alteração da pensão alimentícia, a fim de que o Requerido passe a contribuir com 1/3 (um terço) de seus rendimentos líquidos, computados sobre as duas fontes de renda, vale dizer, a da Fundação/..... (Registro n.º .....), e a do INSS (Registro sob n.º .....). Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA CÍVEL DA COMARCA DE ..... , ESTADO DO ..... , brasileiro (a), menor, representado por sua mãe ..... , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ..... , portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ..... , residente e domiciliado (a) na Rua ..... , n.º ..... , Bairro ..... , Cidade ..... , Estado ..... , por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ..... , nº ..... , Bairro ..... , Cidade ..... , Estado ..... , onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor EXECUÇÃO DE ALIMENTOS em face de ..... , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ..... , portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ..... , residente e domiciliado (a) na Rua ..... , n.º ..... , Bairro ..... , Cidade ..... , Estado ..... , pelos motivos de fato e de direito aduzidos. PRELIMINARMENTE Por ser carente na acepção jurídica do termo, requer o autor e sua representante legal, com fulcro na Lei 1060/50, os benefícios da assistência judiciária gratuita. DO MÉRITO DOS FATOS 1. Em audiência de conciliação realizada no dia ..... de ..... de ..... (autos n.º ..... , de Ação de Alimentos, em trâmite perante este r. juízo), foi homologado acordo pelo qual o Executado pagaria, a título de pensão alimentícia, a importância correspondente a 1/3 (um terço) de seus rendimentos líquidos, a ser descontada em sua folha de pagamento. 2. Ocorre que, a partir do mês de ..... de ..... , os Exeqüentes passaram a não mais receber as prestações. 3. A inadimplência adveio do fato do Executado ter se aposentado pela ..... - ..... , empresa na qual trabalhava há muitos anos. Nessa condição, apesar de passar a receber proventos de duas fontes, vale dizer, da Fundação da referida empresa, assim como do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, deixou de contribuir com a pensão alimentícia. 4. Esgotados todos os meios suasórios para receber o que lhe é devido, à credora não restou outra alternativa senão promover a presente execução forçada contra o alimentante. 5. Como as parcelas importavam em desconto de 1/3 (um terço) do salário do Executado, valor ilíquido, requer-se a intimação da ..... , através de sua Fundação (órgão que passou a remunerá-lo após sua aposentadoria), a fim de que informe qual a importância que o mesmo percebeu em cada mês, a partir de ..... de ..... até o corrente. Desse modo

será possível obedecer ao comando legal insculpido no artigo 604 do Código de Processo Civil. DO DIREITO Nos termos do art. 733/CPC: "Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 3 dias, efetuar o pagamento, provar que o fez, ou justificar a impossibilidade